

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**MEMÓRIA DISCURSIVA E MEMÓRIA DA LÍNGUA: SUA FUNCIONALIDADE NO
DISCURSO DE UM DESCENDENTE DE IMIGRANTES ITALIANOS**

Juciane Ferigolo
jferigolo@yahoo.com.br
Mestranda em Letras
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A história das línguas no Brasil é construída sob o signo da contradição: por um lado a afirmação de que no país o português brasileiro é falado por todos os cidadãos que habitam seu território e por outro, a constatação de que, a grande maioria dos habitantes do Brasil, falam uma ou mais línguas que não o português, ou pelo menos apresentam em sua fala interferências de outros idiomas. Para sustentar a primeira tese de tal contradição, o Estado criou – e ainda cria – políticas linguísticas de proteção e valorização da língua nacional brasileira. No entanto, é no período nomeado Estado Novo (1937/1945), sob a presidência de Getúlio Vargas, que tais políticas funcionaram de modo intenso, conduzindo e determinando o percurso da imigração italiana em território brasileiro. A cultura, as tradições, as raízes e a língua dos imigrantes italianos enfrentaram a interdição das políticas nacionalistas. Os imigrantes italianos foram proibidos de usarem sua língua em locais, cerimônias, atos, comemorações públicas, sob pena de repressão e violência. Com este trabalho, buscamos identificar, no fragmento da fala de um descendente de imigrantes italianos, a presença mascarada das ideologias de defesa da língua nacional vivificadas no discurso deste sujeito, por meio da memória discursiva. Em contrapartida, pretendemos observar como a memória da língua age para manter viva na fala do descendente de imigrantes italianos a língua de seus antepassados.

Introdução

Com o desenvolvimento deste trabalho, busca-se mobilizar os conceitos de *memória discursiva* e *memória da língua*, observando como elas se manifestam no discurso de um sujeito descendente de italianos, cuja língua materna é o italiano, aprendido concomitantemente ao português em um contexto de políticas nacionalistas, que visavam o apagamento das línguas de imigração e o uso exclusivo da língua nacional do Brasil: o português. O sujeito em questão, é filho de terceira geração de imigrantes italianos, reside hoje na comunidade da Linha Cinco, município de Ivorá e possui 83 anos.

É importante também neste estudo, uma breve reflexão a respeito dos conceitos sujeito, ideologia, história e silêncio, os quais são teorizados e reestruturados pela Análise de Discurso, terreno onde este trabalho se localiza. O sujeito, para o analista do discurso, é visto como alguém que tem seu

discurso afetado pela ideologia e pela história, e por isso, não é dono daquilo que diz (ORLANDI, 2007). Tudo o que ele enuncia, o faz não por vontade própria ou por intenção, e sim porque as ideologias que agem sobre ele determinam suas atitudes enquanto enunciador. A história, por sua vez, também afeta e constitui o discurso do sujeito.

Sob esta perspectiva, entendemos que os descendentes de italianos manifestam e reproduzem em seus enunciados as ideologias de seu tempo histórico, porém, não possuem plena consciência disso, visto que ela está condicionada em certa medida pela ação da ideologia, daí se diz que o sujeito do discurso é também dotado de inconsciente. Eni Orlandi (2007) afirma que o sujeito interpelado pela ideologia é dotado de inconsciente, submete-se “à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, em um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia” (p. 12)

Partindo desta concepção de sujeito, retornamos ao nosso objeto de estudo: analisar alguns fragmentos de enunciados de um sujeito, que o revelam enquanto dotado de inconsciente e interpelado por ideologias que determinam suas escolhas, preferências, atitudes. Também, observar como a memória discursiva se materializa no e pelo discurso, e ali produz sentido, e como a memória da língua tida como coletiva (PAYER, s/d) age através do inconsciente, deixando na fala marcas de sua existência.

1 – Uma atitude contraditória: negar a língua materna

Os dados necessários para a realização da proposta de trabalho já mencionada, foram coletados na Comunidade da Linha Cinco, município de Ivorá, Quarta Colônia de Imigração Italiana. Foram entrevistadas duas pessoas, uma com 55 anos e outra, com 83 anos, ambas descendentes de italianos da terceira geração. Optou-se por utilizar apenas partes do enunciado do segundo entrevistado, por se perceber que este espaço seria insuficiente para dar conta de uma análise mais extensa e por se constatar que suas declarações seriam suficientes para trabalhar os aspectos propostos anteriormente.

Algumas informações pertinentes sobre o segundo entrevistado: possui 83 anos, nasceu no interior do município de Ivorá, local onde reside até hoje, analfabeto, freqüentou a escola durante um mês apenas, por ter que ajudar os pais na lavoura e no cuidado com os irmãos menores, adquiriu como língua materna o italiano e como segunda língua o português. Segundo dados do informante, na casa dos mais antigos, por exemplo, dos pais, usava-se somente o italiano, porém, quando havia alguém de “fora”, conversavam em português, assim como, em lugares onde houvesse pessoas que não falassem italiano. Este indivíduo não aprendeu a escrever em nenhum dos dois idiomas, afirma também que seus pais não o sabiam. A língua que usava era, portanto, predominantemente de prática oral, sendo o italiano usado nos diálogos familiares e o português em situações não familiares. Os filhos dele sabem falar algumas palavras, expressões, provérbios, ditos populares em italiano e compreendem relativamente bem um enunciado neste idioma, porém em sua casa, expõe o entrevistado, sempre se

usou o brasileiro para a comunicação diária. Quando interrogado sobre o porquê de não usar o italiano nas conversas de família e o porquê de não ensiná-lo aos filhos ele respondeu:

Porque eu non gostava de fala italiano, eu gostava de fala mais brasileiro... Quando eu casei, nós comecemo a fala só brasileiro, porque tinha os filho, né... Eles tinha que aprende o brasileiro.

A conversa continua, após este trecho, mas é este enunciado que interessa como ponto de partida para a análise e discussão dos conceitos de sujeito, história e ideologia, relacionando-os às noções de memória discursiva e memória da língua.

2 - Memória discursiva e Memória da língua

Em seu texto intitulado **O papel da Memória**, em linhas gerais, Michel Pêcheux (1999) explica como se dá o funcionamento da memória e como ela pode ser entendida. Afirma que

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (p. 56).

A memória é, por este viés, algo que está em constante movimento, em constante, reestruturação; é um espaço de constante (re)arranjo, determinado pelo seu funcionamento, que nunca cessa. Ela está, nesta perspectiva, sempre se constituindo e se (re)definindo. O conteúdo que nela habita, se não pode ser tomado enquanto sentido homogêneo, pode ser concebido como portador de um sentido heterogêneo, ou seja, que se constitui e se significa pela diversidade, pela transformação, pela mistura. Eni Orlandi em seu livro **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos** (2005), na linha de pensamento de Pêcheux, diz que,

a memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (p. 31)

Estabelecendo relações com a definição de memória discursiva de Orlandi no que foi dito no enunciado do segundo entrevistado – descendente de italianos da terceira geração com 83 anos – é possível entender porque este sujeito afirma não gostar de falar italiano e vê a aprendizagem do brasileiro como algo essencial na vida de sua família e na vida de seus filhos. A história do Brasil revela que as línguas de imigração foram, durante um longo período, proibidas de serem praticadas de qualquer forma. Foi especialmente no período do Estado Novo que as políticas de cunho nacionalista de Getúlio Vargas tentaram interditar e até mesmo silenciar a língua dos imigrantes. Eles eram

impedidos de usarem sua língua materna na escola e em lugares públicos, sob pena de dura repressão e em muitos casos de ações violentas. O entrevistado, como freqüentou a escola por apenas um mês, menciona que nela nunca foi explicitamente repreendido nem reprimido, mas confirma que neste curto período, no qual freqüentou a aula, somente lhe era permitido falar brasileiro. Assim também ocorreu na catequese, durante um período de seis meses. Sua preferência por falar e ensinar brasileiro aos filhos é fruto de uma memória discursiva, cuja origem remonta ao período do Estado Novo. Nesta época circulavam por todo o Brasil através da mídia, das Instituições de Ensino e de decretos-leis, discursos nacionalistas de amor e respeito à pátria brasileira e a tudo o que pertencesse a ela. A língua portuguesa era (e continua sendo) a língua oficial do país, por isso devia ser falada e entendida por todos os habitantes do território. Os descendentes de imigrantes italianos que não gostavam de falar português - ou brasileiro, de acordo com a nomeação do entrevistado - ou não o queriam usar, foram forçados a fazê-lo, a fim de que não fossem excluídos pelo Estado Brasileiro. A ideologia nacionalista daquele momento histórico marcava seu lugar na língua e nos discursos de defesa da identidade brasileira livre das influências externas. Todas estas manifestações de defesa à pátria já estavam dadas no espaço do interdiscurso, afinal o Brasil seguia o exemplo das políticas nacionalistas européias e não fazia nada mais que repetir o já dito em outro lugar.

O descendente de imigrante por sua vez, dotado de inconsciente e interpelado em sujeito pela ideologia da época (ORLANDI, 2007), passa a agir como um defensor da língua nacional, chegando a afirmar, como mecanismo de defesa frente à interdição linguística, que não gostava – na Era Vargas - de falar sua língua materna. Hoje, ainda segue afirmando que não o gosta. A memória discursiva atravessada pela ideologia de defesa e valorização da nação brasileira retorna e passa a constituir o discurso em cada vez que um descendente de italiano usa o português para comunicar-se, para expressar-se, para significar-se. O fato de o entrevistado afirmar “eu non gostava de fala italiano” e “os filho tinha que aprende brasileiro”, demonstra que a necessidade, a qual lhe impôs a política getulista de somente usar o idioma nacional, fez com que seu discurso mudasse em favor deste. Como iria alguém subitamente deixar de identificar-se com suas raízes, deixar de pensar-se dentro de sua cultura, deixar de gostar de sua língua e de suas tradições? Isso é irrealizável e somente acontece na ordem do discurso, visto que a memória discursiva está agindo e as ideologias nacionalistas, materializando-se nele. Tudo o que foi dito outrem pelos aficionados e partidários do nacionalismo, está se repetindo no discurso do entrevistado, por ele entender que se posicionar como brasileiro nato é mais confortável e menos arriscado.

Junto à noção de memória discursiva vem fazer presença a noção de memória da língua, entendida por Maria Onice Payer (s/d) em seu artigo **A língua como lugar de memória** como o retorno e/ou a presença da língua interdita, silenciada pela língua nacional e de uso do sujeito. Conforme a autora, “a língua apagada na história deixa seu vestígio na memória, como marca mesma do que foi apagado”. No entanto, estas marcas não são facilmente reconhecíveis, pois “funcionam sub-repticiamente, sob a forma do esquecimento. É no esquecimento do silenciamento da língua dos

antepassados que estes processos se instalam na relação sujeito/língua” (ibidem). Em outras palavras, muitas vezes não é fácil identificar os vestígios desta língua silenciada, mas eles existem e podem aparecer de diversas formas, seja na pronúncia de determinados sons, seja no vocabulário, seja na forma de piada ou até mesmo de um riso. Na língua, tudo significa e tudo é memória, mesmo que esta memória seja marcada pelo esquecimento (ORLANDI, 2005). No enunciado do entrevistado, é possível constatar a presença de uma palavra da língua italiana em sua fala: *nom*. Este vocábulo é recorrente em sua fala, apesar da tentativa do entrevistado de falar somente brasileiro. Ele mencionou que já não sabe mais falar em italiano e que falar brasileiro é mais fácil, porém, sua fala explicita as marcas, os vestígios daquilo que foi tão combatido e censurado, daquilo que foi alvo de medidas jurídicas, de intervenções políticas, daquilo, enfim que é selo de sua identidade e que jamais será completamente apagada: *a lingua italiana*. Enquanto o discurso de defesa do idioma brasileiro ressurgiu ativado pela memória discursiva, a outra memória, a da língua, trabalha e funciona simultaneamente, produzindo novos sentidos no discurso deste sujeito.

Outro aspecto importante está na pronúncia do pronome pessoal “nóis” que é a mistura de *nós* do português com o *nói* do italiano. Novamente, percebemos o agir da memória da língua “pela presença constitutiva de traços de uma língua presente em sua ausência, na configuração do imigrante como uma posição de sujeito no discurso” (PAYER, 2006, p. 108). O sujeito, dotado de inconsciente tem seu discurso, neste caso, marcado por ideologias de defesa de sua língua materna. É neste sentido que percebemos o eco vivo da língua italiana na linguagem daquele que tanto foi impedido de usá-la. Dadas as tentativas de silenciamento lingüístico, não apenas as línguas de imigração ameaçavam a unidade do Estado, mas também tudo o que pertencesse ao conjunto heterogêneo da cultura e da identidade destes povos. A língua é não mais que um destes elementos, o mais expressivo certamente, pois o sujeito se significa e expressa seu modo de ser por meio dela. Os demais aspectos, contudo, que caracterizam a vida e a vivência dos italianos também foram fortemente combatidos, devido a que não há como separar cultura e língua; ambas são parte do conjunto total que conforma a identidade do sujeito imigrante italiano.

Maria Onice Payer, em seu livro **Memória da Língua, Imigração e Nacionalidade** (2006), pontua que as diferentes perspectivas de nacionalização foram sustentadas na fusão ambígua de sentidos, porque sua enunciação – das perspectivas de nacionalização

funciona ambigualmente, operando como se barrasse a diversidade, o heterogêneo do que constitui a população brasileira com suas várias línguas e memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história. Colocando-se no centro dos lugares, o Estado produz a partir unicamente de si como nação, uma lógica narrativa que vai aparecer como auto-evidente, transparente, sustentando uma memória discursiva específica junto a sociedade, e difundindo-a na ordem da escritura. Um misto de necessidade de autodefesa do Estado, face ao contexto internacional e de uso retórico dessa necessidade resulta em um nacionalismo escoteiro, de teor dogmático, que apaga de modo quase inequívoco as memórias discursivas circundantes, dentre elas as dos imigrantes com suas línguas (p. 97/98)

Seguindo na esteira do pensamento de Payer, queremos fazer uma última consideração a respeito das ações de controle empreendidas pela legislação de Vargas: tais ações trouxeram como corolário o silenciamento da língua italiana e também de um conjunto de hábitos – cultura – que acompanha o uso desta língua. O silêncio linguístico, nesta perspectiva, passa a funcionar não como aquilo que não foi dito, não como o espaço vazio de sentidos no discurso dos imigrantes e seus descendentes. O silêncio, manifesto pela voz do sujeito dizendo “eu non gostava de fala italiano” ou “eu já non sei mais fala italiano”, é este lugar repleto de sentidos que ecoa na própria negação de sua língua materna, de sua língua familiar. Quando o entrevistado faz tais afirmações em língua portuguesa, seu silêncio – o de não querer se pronunciar em italiano - e sua negação – do italiano - revelam o medo e o temor da repressão, do riso, da censura, da reprovação. “O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (ORLANDI, 1997, p. 105). O outro discurso é aquele de defesa à língua italiana, de amor a ela e a tudo o que ela representa. Pela memória discursiva, o silêncio volta na fala do descendente de imigrantes, produzindo estes sentidos.

Considerações finais

Com este trabalho procuramos analisar e compreender como a memória discursiva funciona no discurso de um descendente de imigrantes italianos, que teve sua língua materna – o italiano – interdita, reprimida, silenciada pelas intervenções políticas do governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Também observamos como a memória da língua age e se materializa no discurso, deixando nele as marcas indestrutíveis da língua silenciada. Por fim, com base na teoria de Eni Orlandi sobre o silêncio e a produção de sentidos, compreendemos que este não é o espaço vazio da fala, do discurso, o lugar da não-significação. É, pois, o espaço do não poder e não dever pronunciar, ou seja, diz-se algo, pela impossibilidade de se dizer outra coisa. Deste trabalho de análise e muito mais de reflexão, entendemos que a memória é o lugar “onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3.ed. Campinas: Ed da Unicamp, 1994
- ORLANDI, Eni. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo**. São Carlos: Clara Luz, 2007
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6.ed. Campinas: Pontes, 2005
- _____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 4.ed. Campinas: Ed da Unicamp, 1997
- PAYER, Maria Onice. **A língua como lugar da memória**. Disponível em:<
WWW.preac.unicamp.br/mamoria/textos/M.Onice Payer-completo.pdf>_ Acesso em 04 abr. 2009
- _____. **Memória da língua: Imigração e nacionalidade**. SP: Escuta, 2006
- PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.